

Entrevista com Vitor Fonseca

Vitor Manoel Marques da Fonseca é membro do Comitê de Boas Práticas e Normas, antigo Comitê Internacional de Normas de Descrição, do Conselho Internacional de Arquivos, representando o Brasil desde 1996. Em 2006, foi eleito por seus pares vice-presidente do comitê. Preside a Câmara Técnica de Normas de Descrição Arquivística (CTNDA) do Conselho Nacional de Arquivos desde 2001. Técnico do Arquivo Nacional, é também professor do ensino médio e do ensino superior. Recentemente, obteve o título de

doutor em história social pela Universidade Federal Fluminense.

Acervo. *Como o Brasil começou a participar diretamente, junto ao Conselho Internacional de Arquivos, no campo da normalização da descrição em arquivos?*

Vitor Fonseca. Em 1996, o que era a antiga Comissão *ad hoc* para a elaboração de normas de descrição do Conselho Internacional de Arquivos transformou-se num comitê formal e esse comitê foi ampliado para a entrada de pessoas de outros lugares. Normalmente, quando de

novo mandato no Conselho Internacional de Arquivos, os países-membros são perguntados se têm sugestões para ingresso nos vários comitês. Naquela ocasião, alguns nomes foram oferecidos para ingresso em vários comitês do Conselho. O meu nome estava entre os possíveis integrantes, mesmo que como membro-correspondente. O que me parece que aconteceu foi que o secretário-executivo do Conselho Internacional de Arquivos, Charles Kesckeméti, que tinha tido um contato mais próximo comigo, com Silvia (de Moura) e com o Jaime (Antunes da Silva) quando da realização do Guia de África, então me escolheu e nomeou para o Comitê de Normas de Descrição.

Acervo. *Você acha então que esse convite ao Brasil poderia estar relacionado com o trabalho desenvolvido em 1998 do Guia brasileiro de fontes para a história da África, da escravidão negra e do negro na sociedade atual?*

Vitor Fonseca. Com certeza tinha muito a ver. Acho que Kesckeméti ficou impressionado com o fato do Brasil ter feito em muito pouco tempo um trabalho muito grande, enquanto outros países levaram anos para realizar trabalhos de menor monta. Acho, também, que interessava ao comitê e ao Conselho que o comitê fosse integrado por pessoas de variadas partes do mundo, inclusive da América Latina que, até aquele momento, não tinha nenhum tipo de representação. Então, conjugaram-se vários aspectos nessa história: o desejo do comitê de ter gente de outras áreas, o fato de Kesckeméti conhecer o trabalho de algu-

mas pessoas do Brasil. A indicação foi ratificada pelo Conselho e a instituição assumiu o compromisso de facilitar a minha participação no comitê.

Acervo. *O Arquivo Nacional do Brasil se faz presente, então, no Comitê de Normas de Descrição a partir de 1997 ou 1998?*

Vitor Fonseca. Em 1996, eu passei a integrar. Em 1997, houve uma primeira reunião, porque a primeira coisa que o comitê faria seria a revisão da norma ISAD(G). No período da Comissão *ad hoc*, haviam sido feitas duas normas: a ISAD(G) e a ISAAR(CPF). Todas duas tinham tido pouquíssima circulação no Brasil, praticamente nenhuma, na medida em que só pessoas ou instituições filiadas ao Conselho, até hoje muito poucas, tiveram notícias de sua realização.

Acervo. *Nesse sentido, quais foram as primeiras providências para que essa participação do Brasil pudesse se dar de uma maneira consistente?*

Vitor Fonseca. A primeira coisa que tinha que se fazer era proceder à revisão dessas normas e de início a norma a ser revista, no período de 1996 a 2000, seria a norma ISAD(G), da qual o Brasil não tinha nenhuma tradução. Havia uma tradução em português, mas publicada na revista da Associação Portuguesa de Bibliotecários e Documentalistas que não tinha circulação no Brasil e não havia muita possibilidade de se fazer comentários em cima de uma coisa que era desconhecida pela maior parte dos técnicos. Em 1997, houve uma reunião em Florença, da qual não participei, mas tive notí-

cias de que tinha sido decidido o cronograma do processo de revisão da norma, inclusive com datas já determinadas de revisão e o lançamento de uma carta convocando os técnicos de todo o mundo, a comunidade arquivística internacional, para oferecer sugestões e comentários. Então, a primeira coisa a fazer era exatamente traduzi-la, o que foi feito por um grupo no Arquivo Nacional do qual eu fiz parte, claro, tudo para permitir sua discussão em 1998.

Acervo. *Então, em 1998, iniciou-se a divulgação da norma e coleta de comentários e críticas?*

Vitor Fonseca. Em 1998, a gente traduz e publica. A primeira publicação inclusive do ISAD(G) tinha um problema grave porque eu não tinha tido acesso às normas de tradução que o comitê dispunha e que só depois eu fui conhecendo. Por exemplo, que não se traduz exemplos, e a primeira tradução foi total, inclusive os exemplos foram traduzidos. Para que se iniciasse a discussão, aproveitou-se uma comemoração de aniversário do Arquivo Nacional, que na verdade ocorreu muito depois do aniversário do Arquivo Nacional, em abril, quando o Arquivo Nacional aniversaria em janeiro, e que foi realizada na Fundação Casa de Rui Barbosa. Nesse momento, Kesckeméti também vinha ao Brasil, assim como Elisa Carolina de Santos Canalejo, que passaria a presidir o Conselho Internacional de Arquivos em 2000, quando seria realizado o Congresso Internacional em Sevilha e a direção passaria para a Espanha. A pessoa res-

ponsável pela área de arquivos do Ministério da Cultura da Espanha era Elisa. Aproveitamos o evento e fizemos uma reunião na Casa de Rui Barbosa, onde foi lançada a primeira tradução da ISAD(G). É aí que começam as discussões e a idéia de se aproveitar todas as oportunidades possíveis com igual finalidade: discutir a norma e coletar comentários sobre ela. Participei de vários eventos na área, inclusive do Congresso Brasileiro, que ocorreu em João Pessoa, e em todos eles apresentava a norma e propunha a criação de grupos de discussão sobre ela. Promoveram-se encontros e muitas reuniões no Rio de Janeiro. Com isso foram elaborados comentários, sugestões e observações com relação à norma. Tínhamos que preparar para enviar, para garantir que a norma chegasse ao comitê, e ouvissem as críticas de uma maneira eficiente.

Acervo. *Como foi idealizado o I Seminário Internacional de Descrição Arquivística?*

Vitor Fonseca. Eu não pretendia, por uma série de circunstâncias, ir à reunião do comitê naquele momento. A preocupação era como garantir que as observações brasileiras fossem ouvidas com mais atenção. Daí a idéia de trazer ao Brasil algumas pessoas que estavam envolvidas com o trabalho do comitê: uma delas, Hugo Stibbe, era o secretário do comitê; a outra, Ana Franqueira, era de Portugal e também tinha participado desde o início da Comissão; e a terceira era Michael Cook, que já não participava do comitê, mas tinha participado da Comissão *ad hoc*

num determinado período e era uma pessoa bastante interessante e que eu conhecia pessoalmente, de um curso em 1990. Ana Franqueira não pôde comparecer. Stibbe e Cook ficaram muito impressionados porque o Seminário Internacional de Descrição de Arquivos reuniu quase trezentas pessoas, no auditório do IRB, uma platéia muito participativa. As pessoas faziam muitas perguntas, propostas, sugestões, lhes sendo apresentados, de uma maneira muito clara, todos os comentários e questões que o Brasil havia levantado. Ao final do Seminário, tanto Stibbe quanto Cook acharam as propostas brasileiras muito interessantes, mas o que eles diziam é que era importante que alguém do Brasil estivesse presente na reunião, para defender essas propostas. Os dois incentivaram muito a participação do Brasil no comitê, uma participação ativa, e tinham sido pessoas tão gentis, interessantes e abertas ao diálogo, que facilitaram minha mudança de pensamento quanto à ida.

Acervo. *Então, você compareceu à reunião. Antes disso, você já havia recebido a compilação das críticas e sugestões que seriam discutidas pelo comitê, não? Como se davam as discussões dentro do comitê, para aceitar ou não determinadas críticas? Havia dominância de alguma forma de pensamento, ou um conflito intenso no campo das idéias? Como é que ocorre esse tipo de discussão até chegar a uma decisão final?*

Vitor Fonseca. É uma resposta que tem que ser dada cronologicamente, porque cada comitê é um comitê ou, melhor di-

zendo, há uma variação. Em 2008, eu completo 12 anos de participação no comitê. Stibbe organizou uma compilação com todas as observações e comentários, organizados em comentários gerais e comentários específicos sobre os elementos, identificando o país. Esse primeiro grupo era bastante interessante. Esqueci de falar que, quando fui nomeado, havia dois tipos de membros no comitê: os chamados *experts* e os demais, que eram pessoas mais comuns, digamos assim. Eu pertencia a essa última categoria. Na prática, Stibbe acabou com a idéia de haver membros de qualidades diferentes: todos os membros eram considerados iguais e ele capitaneava o grupo de maneira que não houvesse decisões por votação. As decisões eram por consenso: todas as observações eram apresentadas e se tinha alguém presente com mais capacidade de entender ou defender aquela questão que estava sendo apresentada, dispunha-se a fazê-lo e, depois, os demais colocavam observações, concordantes, discordantes ou complementares, percebendo-se, às vezes, contradições em propostas. As discussões só se encerravam quando todos estavam convencidos de uma mesma posição e, por isso, eram bastante longas: começávamos a trabalhar às 8h da manhã e, às vezes, até as 11h da noite ou até a meia-noite. No final da noite, as pessoas de língua inglesa continuavam porque o comitê, na verdade, trabalha com dois idiomas oficiais, inglês e francês, mas os documentos são preparados primeiramente em inglês. Em francês seria, digamos, a primeira tradução, pratica-

mente oficial. As pessoas de língua inglesa preparavam a ata da reunião, incorporando as decisões que haviam sido tomadas e os textos iam sendo transformados, de modo que, no outro dia, às 8h da manhã, recebíamos o novo texto e prosseguíamos com novas discussões.

Acervo. *Vocês conseguiram sair de lá já com o texto quase acabado, não é?*

Vitor Fonseca. A segunda edição da ISAD(G) ficou com um texto quase acabado em Haia, mas algumas discussões continuaram, inclusive em função dos exemplos. Então, em 1999, em Estocolmo, em nova reunião, terminou-se o texto, já com exemplos, aí se preparando a publicação para lançamento em 2000, na Espanha. No Congresso, a Espanha teve o cuidado de destinar recursos para edição em várias línguas, inclusive a primeira edição em português, na verdade uma versão brasileira. Infelizmente, não foi possível obter uma versão, digamos, comum a Portugal, Brasil e os demais países de língua portuguesa. Mas, a Espanha promoveu a publicação em várias línguas. Então, quando houve o Congresso em 2000, foram lançados, ao mesmo tempo, o texto oficial em inglês, a tradução oficial em francês e traduções em espanhol, italiano, português... Pelo menos nessas línguas eu me lembro bem, de modo que o primeiro texto em português foi lançado no Congresso. Somente depois, no ano seguinte, é que o Arquivo Nacional edita a ISAD(G) no Brasil.

Acervo. *E com relação à ISAAR(CPF), ela começou a ser trabalhada logo em seguida?*

Vitor Fonseca. É, no Congresso, em 2000. Algumas pessoas já estavam sendo substituídas, e no Congresso de 2000 já se decide a revisão da ISAAR(CPF). Nessa altura, Hugo Stibbe estava aposentado, e sai do comitê, sendo substituído por outro canadense, Kent Haworth, uma pessoa extremamente interessante, que também já faleceu. Kent manteve a mesma postura. No entanto, o processo de discussão da ISAAR(CPF) foi bastante diferente em relação à ISAD(G). A ISAD(G), embora não fosse, digamos, de conhecimento generalizado, estava muito mais difundida do que a ISAAR(CPF). A ISAAR(CPF) tinha sido muito pouco discutida, muito pouco aplicada, mas alguns países tinham um especial interesse nela. Saímos daquela reunião de 2000, para começar uma revisão da ISAAR(CPF), só que por interesses específicos de setores da comunidade arquivística internacional, havia também um movimento no sentido da criação de um formato codificado, que vem a ser o EAC, para cuja elaboração inicial algumas pessoas do comitê foram convidadas a participar. Em 2001, houve uma reunião na Bélgica, em Bruxelas, e essa reunião cria uma situação bastante peculiar porque algumas pessoas tinham uma grande reflexão sobre a ISAAR(CPF), até porque estavam participando do tal minigrupo, e outras nem tanto. Alguns membros, então, fazem um esforço muito grande no sentido de socializar mais essa discussão e incorporar realmente todos os membros a ela. Com esse objetivo é feita uma reunião no início de 2002. Na verdade, o comitê se reuniu duas vezes...

Acervo. *Vitor, então em 2002 o comitê se reuniu duas vezes?*

Vitor Fonseca. A primeira reunião foi na Espanha, em março ou abril, e depois, no segundo semestre, setembro ou outubro, no Rio de Janeiro. Na primeira reunião se conseguiu fortalecer o sentido da partilha, de partilha das opiniões para se encontrar uma solução que fosse boa para todo mundo. Quando ocorre a reunião no Rio de Janeiro, o comitê já consegue ter um texto bastante mais evoluído, praticamente pronto. A partir daí, quando nos reunimos em 2003, o texto da ISAAR(CPF) está praticamente finalizado. Algumas observações interessantes sobre a ISAAR(CPF) é que o processo de discussão foi diferente. Na ISAD(G), houve abertura para os comentários, as pessoas fizeram suas sugestões, elas foram discutidas pelo comitê e, depois, elas tiveram acesso ao texto final. No caso da ISAAR(CPF), a sistemática foi alterada: teve a convocatória, as propostas, fez-se em seguida uma primeira reunião, juntaram-se as propostas, analisando-se as sugestões de mudança que foram incorporadas ao texto de modo a que, na reunião no Rio de Janeiro, já se dispusesse de uma outra versão ISAAR(CPF), que foi disponibilizada para discussões e comentários. Em fins de 2003, se chegou à versão final, à qual foram juntados os exemplos para publicação.

Acervo. *E quando sai a publicação dessa versão do ISAAR(CPF) no Brasil?*

Vitor Fonseca. Saiu em 2004, no mesmo ano em que foi lançada a nova edição da ISAAR(CPF) no Congresso de

Viena. No Congresso, a ISAAR(CPF) somente foi publicada em inglês e francês. Imediatamente, foi disponibilizada na web as versões em espanhol e em português. Pelo menos nessas duas línguas eu me recordo bem. Em italiano também.

Acervo. *Enquanto isso, paralelamente, no Brasil, havia ocorrido a constituição da Câmara Técnica de Normas de Descrição do Conselho Nacional de Arquivos, em 2001, e ela estava em plena atividade. O fato de você ser o presidente da Câmara Técnica ajudou a divulgação dos trabalhos, a coleta de críticas, a mobilização dos técnicos de um modo geral? Como você vê esse novo canal de captação de participações?*

Vitor Fonseca. Acho que é um fato extremamente positivo para o Brasil a participação no comitê internacional. Acho também que a experiência de participar de um comitê internacional num processo de elaboração de normas acaba obrigando o país a realizar determinadas tarefas. É um desafio elaborar uma norma, propor regras de descrição nacional que, em conformidade à ISAD(G), pensassem soluções para problemas específicos brasileiros, levando em conta a tradição brasileira e os problemas e as facilidades que nós temos.

Acervo. *Como foi a composição primeira da Câmara Técnica? Foi indicação, foi por escolha, houve algum critério? Como se pensou o grupo inicial que se incumbiu das primeiras providências de elaboração de alguma coisa no sentido da normalização?*

Vitor Fonseca. Quando se vai empreender uma ação dessas no Brasil, tem-se, de pronto, um problema importante: qualquer reunião no Brasil, que suponha deslocamentos de participantes, é uma operação extremamente cara, complicada, difícil de fazer. Então, o que acabava sendo uma questão complexa era a necessidade de se ter na Câmara Técnica integrantes que dela pudessem participar com uma certa constância. Era também importante que os participantes tivessem uma certa reflexão sobre a questão das normas e tudo mais. Acabou-se por pensar em compor a Câmara Técnica com pessoas que tinham tido uma participação maior nas reuniões de discussão da ISAD(G), pessoas associadas a instituições que mais tinham se destacado na tentativa de gerar exemplos, na tentativa de verificar problemas da ISAD(G). Isso resulta numa dominância, lamentável, mas que não tem muita saída, de pessoas de instituições sediadas no Rio de Janeiro. Conseguir reunir as pessoas de fora é uma operação cara e, aí, as pessoas do Rio de Janeiro acabam funcionando como base de contato.

A Câmara tentou ampliar sua rede de contatos e participações promovendo uma enquete sobre a situação das normas do Brasil. Tentou, em seguida, estabelecer membros-correspondentes em algumas unidades da federação, mas o processo de fazer isso foi e é, ainda, extremamente complicado, primeiro porque não se tem uma tradição de trabalhar por e-mail, além do fato que apenas recentemente

várias instituições passaram a ter e-mail. A Câmara Técnica não tem uma secretária; então, o presidente assume todas as tarefas, além do que já faz normalmente e continua fazendo, assim como a representação fora do Brasil, ao mesmo tempo em que procura manter a câmara informada e ativa. Isso é uma grande dose extra de trabalho. Por outro lado, as próprias pessoas não têm muito essa disciplina de participar; muitas mudam o e-mail e esquecem de informar a mudança e, aí, o e-mail é devolvido. Até bem pouco tempo, alguns arquivos públicos estaduais, por exemplo, não dispunham de recursos informáticos. Isso significava estabelecer contato via telefone e correio normal, o que exige tempo para ser realizado, coincidências de ocasiões para conseguir falar com a pessoa em horário em que ela esteja trabalhando, que esteja disponível. A experiência com os membros-correspondentes não foi, até agora, bem-sucedida.

Várias instituições importantes, por uma série de circunstâncias, especialmente orçamentárias, não conseguiam sempre assegurar o envio de seus representantes ao Rio de Janeiro para participar de uma reunião. Mesmo que trabalhe com um grupo menor, há necessidade de se promover reuniões presenciais com todos os integrantes. Desde 2001, quando foi constituída a CTNDA, o Arquivo Nacional e o Conarq, apesar das limitações, esforçaram-se muito no sentido de facilitar a vinda das pessoas. Em várias ocasiões, o Arquivo Nacional assumiu despesas, assumiu custos de deslocamentos etc.

Acervo. *Nesses quase sete anos de existência da Câmara Técnica, quais os principais resultados que você destacaria?*

Vitor Fonseca. A Câmara Técnica teve alguns produtos importantes. O primeiro deles foi o trabalho de enquête: mesmo que o questionário apresentasse alguns problemas de ambigüidade, verificados especialmente na fase de processamento, essa enquête serviu de meio para distribuição e divulgação da ISAD(G).

Acervo. *Como foi definido o universo inicial de enquête e divulgação?*

Vitor Fonseca. Tinha-se um questionário e um cadastro de instituições, muito baseado no Guia de África, além de informações somadas ao longo do tempo. As instituições recebiam, junto com a norma, um questionário solicitando informações a respeito do uso de normas.

Acervo. *E qual foi o retorno?*

Vitor Fonseca. Para se ter uma idéia, foram muito poucas respostas. Mais de setecentos exemplares da norma enviados e só obtivemos cerca de cinquenta respostas. O resultado foi consolidado e colocado numa página na web. Paralelamente, a Câmara Técnica investiu na produção de uma bibliografia mais atualizada em relação a normas de descrição e à elaboração de instrumentos de pesquisa. A idéia era dotar os interessados de meios de acesso a textos mais recentes disponíveis em algumas bibliotecas no Brasil, especialmente naquelas instituições às quais os integrantes da Câmara estavam vinculados.

Acervo. *Os resultados do diagnóstico foram divulgados em 2002?*

Vitor Fonseca. É, e a bibliografia em 2004. Entre 2004 e 2006, foi produzida a Norma Brasileira de Descrição Arquivística, lançada em março de 2007. Numa primeira fase, preocupamo-nos em divulgar e envolver os técnicos o máximo possível. A primeira versão foi colocada numa página do Conarq, muitas pessoas e instituições foram avisadas disso e saímos realizando oficinas em vários lugares, com a participação de membros variados da Câmara. O Arquivo Nacional ajudou no sentido de promover esses eventos, onde se conseguiu estabelecer contato com cerca de novecentos profissionais, o que contribui para que se tivesse, no final do primeiro semestre de 2006, a Nobrade pronta. Foi um passo bastante grande.

Acervo. *E como se alcançou a versão final da Nobrade?*

Vitor Fonseca. A versão final da Nobrade foi submetida ao Conarq, em uma reunião realizada em agosto de 2006, e aprovada. Foi, em seguida, encaminhada para publicação e somente lançada em março de 2007. Mas ela estava pronta desde agosto, já com exemplos. Não é uma norma perfeita; como todas as normas, ela precisa ser revista, precisa ser aprimorada. No entanto, ela é um passo decisivo no sentido da melhoria da qualidade técnica do trabalho do arquivista no Brasil e temos tentado divulgá-la ao máximo, inclusive por meio de uma série de oficinas de apre-

sentação e discussão da norma. Paralelamente, um outro trabalho não diretamente ligado à Câmara, mas que acho igualmente importante, foi a elaboração do *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, que também seguiu essa metodologia de apresentar, discutir, divulgar, somar as críticas e depois ter uma publicação ao final. A Câmara atualmente está em processo de mudança de composição, com a incorporação de novos técnicos e a saída de outros por não poderem participar diretamente, embora continuem interessados e com muito a contribuir. A próxima reunião deve se dar em breve.

Acervo. *Em pauta, um novo plano de trabalho?*

Vitor Fonseca. Sim, um novo plano de trabalho com base em algumas demandas. Por exemplo, não há uma preocupação, no momento, de se criar uma norma específica para registros de autoridade arquivística. Entretanto, considera-se vital criar normas regulando o estabelecimento de formas autorizadas de nomes para, principalmente, entidades coletivas.

Há uma necessidade também muito grande, já percebida, de normas de citação e referência de documentos de arquivo, além de orientações acerca da elaboração de instrumentos de pesquisa. Acho que são essas as principais preocupações da Câmara neste momento, o que não quer dizer que outras pessoas não possam aparecer com outras questões e que não possam ser incorporadas ao nosso plano de trabalho. Agora, por exemplo, estamos com umas duas normas sendo

elaboradas em nível internacional, que são a norma ISIAH, para descrição de entidades custodiadoras de arquivos, e a norma ISDF, para descrição de funções. O Brasil também está envolvido com elas. À medida que promovemos reuniões, têm-se propostas, sugestões e também, de uma maneira muito decisiva, elaboram-se exemplos que possam ser integrados à norma e que, portanto, marcam já um envolvimento no Brasil.

Eu não queria terminar essa entrevista sem dizer da necessidade e da importância do Brasil participar do comitê. Nisso ganhamos nós e ganha também o comitê internacional. Ganha a comunidade internacional, porque ela ganha a visão de um país que tem muita capacidade de pensar, de agir, mas, às vezes, tem muitas dificuldades para enfrentar a carência de recursos, a quantidade de trabalhos a serem feitos, problemas bastante variáveis nesse sentido, mas que tem uma grande garra, uma grande capacidade de pensar e de engendrar soluções novas. Ganhamos nós também, porque a gente passa a ter um contato com outras realidades, e isso é bastante interessante. Hoje em dia, eu olho para a realidade brasileira e vejo, claro, muitos problemas, mas vejo também que muitos desses problemas são problemas comuns a outros lugares, o que, ingenuamente, às vezes pensamos que só nós sofremos. Problemas existem em todos os países e, mesmo assim, há que se encontrar soluções que sejam as mais adequadas a cada país. Nesse sentido, gostaria muito que sempre houvesse um brasileiro no comi-

tê, alguém que seja um técnico, com experiência de trabalho, e que, ao mesmo tempo, tenha capacidade de pensar e se expressar também em outras línguas, o que é muito importante, porque é necessário ser capaz de entender o outro e de buscar ser entendido.

Acervo. *E a Câmara Técnica do Conarq está pretendendo fazer alguma coisa com relação a formatos de intercâmbio de dados?*

Vitor Fonseca. Há propostas de tradução do *Encoded Archival Description*, o formato mais usado internacionalmente, além de muita gente interessada em intercambiar dados com o EAD e em XML. Essas coisas são muito difíceis, às vezes, de serem levadas, inclusive no Arquivo Nacional. Um grupo da Coordenação Regional do Arquivo Nacional em Brasília, por exemplo, está muito interessado em fazer uma experiência nesse sentido. Eu acho que é uma questão extremamente instigante e, de repente, trabalhar e contar com o apoio de vários lugares, várias pessoas... Tem gente no Arquivo Nacional interessada, gente da Biblioteca Nacional, em Campinas, em Juiz de Fora,

várias pessoas de vários lugares do país. Eu estava agora, por exemplo, observando determinadas propostas de descrição de fundos de um projeto do Arquivo Nacional, o Portal das Memórias Reveladas, e pensava como seria valioso, por exemplo, se essas descrições já saíssem não só de acordo com a Nobrade, mas que houvesse também descrições dos produtores e de outras entidades relevantes para o estudo da repressão. Seria muito bom se tivéssemos um sistema de descrição que, além de descrever os documentos, oferecesse também registros de autoridade arquivística das entidades importantes para a questão, e até descrição das principais funções e atividades que eram realizadas pelas entidades coletivas envolvidas. Melhor ainda se pudessemos oferecer as descrições dos documentos num formato EAD e as de pessoas e entidades coletivas no formato do *Encoded Archival Context*, o EAC.

Entrevista realizada em 3 de outubro de 2007. Transcrição feita por Ângela Laranja Mandosio. Reprodução sonora por Cosme Ubiracy Campos.